

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 61ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

|                                      |   |
|--------------------------------------|---|
| <b>Grupo de Trabalho:</b>            | GT-Mananciais da CT-RN e CT-Rural   |
| <b>Reunião:</b>                      | 61ª Reunião   |
| <b>Data:</b>                         | 13/05/2022 – 9h às 12h  |
| <b>Local:</b>                        | <i>Videoconferência – Google Meet: <a href="https://meet.google.com/ntm-ikcm-afd">meet.google.com/ntm-ikcm-afd</a></i>  |
| <b>Assunto(s) em discussão:</b>      | Nesta reunião, foi apresentada as “Informações sobre o Sistema CAR/PRA – principais dúvidas encontradas na Regional de Piracicaba”. Foi discutida a transição do GT-Mananciais para a CT-PL e as dificuldades encontradas em abordar a Política de Proteção dos Mananciais com o Produtor Rural.  |
| <b>Pauta:</b>                        | <ol style="list-style-type: none"><li>1. Abertura:<br/>Denis Herisson da Silva (CATI/SAA) - Coordenador do GT-Mananciais<br/>Miguel Madalena Milinski (AAMHOR) - Coordenador-adjunto</li><li>2. Informes:<br/>Da Coordenação e demais membros;</li><li>3. Aprovação da minuta de Memória Técnica da 60ª Reunião, realizada em 01/04/22;</li><li>4. Módulo de Regularização Ambiental (MRA) do SICAR:<br/>Denis Herisson da Silva (CATI/SAA);</li><li>5. Transição do GT-Mananciais para CT-PL;</li><li>6. Atualização da Política de Proteção dos Mananciais;</li><li>7. Outros Assuntos / Palavra aberta;</li><li>8. Encerramento.</li></ol>   |
| <b>Conclusões e Encaminhamentos:</b> | A reunião foi iniciada pelo coordenador do GT-Mananciais, o Sr. Denis Herisson Silva (CATI/SAA), que agradeceu a presença de todos. O Sr. Miguel Milinski (AAMHOR) agradeceu a presença de todos e desejou boa reunião. Dando sequência, com o item 2, o Sr. Denis abriu a palavra aos membros: a) O Sr. Miguel informou que representantes do Governo do Estado de São Paulo estaria no município de Rio Claro/SP para assinar o termo de co-gestão entre os poderes estadual e municipal da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA), instrumento que terá a duração de 5 anos; b) O Sr. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra/SP) questionou sobre parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para contribuição na elaboração do Termo de Referência (TR) para os Planos de Macrodrenagem. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA) informou que fez uma reunião prévia com a equipe técnica do IPT e explicou para eles sobre os Planos de Macrodrenagem enfatizando essa visão mais abrangente para áreas rurais e urbanas. A equipe do IPT se mostrou interessada e ficou combinado de marcar uma segunda reunião ainda esse mês para eles apresentarem um esboço com ações e soluções para esses Planos. Diante disso, o Sr. Demarchi explicou que esse esboço vai servir de base para solicitar um TR por meio de um ofício a ser encaminhado para Agência das Bacias PCJ; c) O Sr. Miguel informou sobre documento compartilhado pela Sra. Claudia Grabher (INEVAT) onde informa que apenas 24 municípios no Brasil realizam cobrança pelo serviço de drenagem realizado; d) O Sr. Paulo Mancuso (P.M. de Hortolândia/SP) chamou a atenção para grandes galpões logísticos instalados na zona rural dos municípios e que tem gerado problemas de impermeabilização sem controle da drenagem. O Sr. Petrus trouxe a informação que no município de Holambra/SP existem aproximadamente de 400 a 500 hectares de áreas de estufas instaladas na zona rural e boa parte dos produtores estão utilizando essas estruturas para captação de água da chuva e uso no sistema produtivo. Complementando, o Sr. Denis comentou que ele esteve em um galpão que estava com esse problema de escoamento da água da chuva e eles fizeram uma cacimba, cuja água foi utilizada para o uso de dessedentação animal, e enfatizou que esse tipo de problema tem sido frequente com o crescimento dessas propriedades. Quanto ao item 3, o Sr. Denis informou aos presentes sobre o envio da minuta de Memória Técnica da 60ª Reunião do GT-Mananciais, realizada em 01/04/22, junto com a convocação e abriu a palavra aos presentes para manifestações sobre o conteúdo. Não |

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 61ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

havendo manifestações, submeteu a minuta aos membros, sendo aprovada por unanimidade. Quanto ao item 4, o Sr. Denis iniciou a apresentação “Informações sobre o Sistema CAR/PRA – principais dúvidas encontradas na Regional de Piracicaba”. O Sr. Denis reforçou para que todos acessem por meio do sítio eletrônico do Governo do Estado de São Paulo. Informou que o registro do CAR com recibo de inscrição e demonstrativo de declaração são requeridos pelos Cartórios em processos como desdobramentos e compra/venda. Informou que no *site* existe uma biblioteca com tutoriais disponíveis para auxiliar o produtor a acessar e fazer as alterações necessárias no Cadastro Ambiental Rural (CAR). O Sr. Denis recomendou que os produtores não procrastinem as alterações que são necessárias por conta de ocorrências de instabilidades no sistema que podem prejudicar prazos solicitados. Informou que o Módulo de Regularização Ambiental (MRA) foi lançado em abril/2022 e que está em processo constante de desenvolvimento. Explicou que não é possível fazer alterações em CAR registrado em CNPJ. O caminho correto é vincular um representante ao CNPJ do cadastro e fazer posteriormente o *login* com o CPF para fazer as retificações. E para finalizar ele chamou a atenção que a senha e o número do CAR não servem mais, a solução é informar o número antigo por *e-mail* ou ir até a Casa da Agricultura ou Regional da CATI mais próxima, e se acaso perderem a senha ou qualquer informação sobre o CAR devem consultar o Sistema SIGAMGEO. Após a apresentação o Sr. Denis abriu para dúvidas. Solicitaram discussão os Srs. Demarchi, Miguel e Mancuso sobre o uso de CPFs em caso de propriedades do Estado, e o Sr. Denis reforçou que é necessário o CPF do representante que está vinculado ao CNPJ do cadastro. Sobre a plataforma do Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), o Sr. Mancuso ficou com dúvidas se ele seria extinto e o Sr. Denis explicou que quem já possui o projeto no SARE irá manter, ele não foi extinto, mas para os novos projetos cadastrados eles serão inseridos dentro do MRA utilizando projetos de biodigestores do modelo EMBRAPA. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi expôs que o crescimento da temática do GT-Mananciais incentivou a transferência deste GT para a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, pensando assim na abrangência da Política de Mananciais que envolve outras CTs. Complementando, ele disse que essa reestruturação foi pensada na organização do próprio Comitê PCJ, e seria a primeira experiência no âmbito da CT-PL visando melhorar o organograma institucional. Logo, isso faz parte de um processo a médio e longo prazo dependendo da retomada de uma atualização do regimento interno da CT-PL. Diante disso, o Sr. Denis concordou que o GT-Mananciais chegou em uma proporção de demandas com características de uma Câmara Técnica e que seria interessante essa mudança do ponto de vista da agilidade nos processos, porém ele demonstrou sua preocupação com o distanciamento diante do público-alvo. Também, o Sr. Mancuso manifestou ter dúvidas referente a essa mudança que na visão dele deveria ser mantida na CT-RN e a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. Por outro lado, o Sr. Miguel trouxe a informação que participou do Grupo de Ajuste do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP-PCJ) formado na CT-PL e o objetivo desse GT foi acompanhar a realocação dos recursos financeiros, e antes de definir os recursos do PAP, foi atualizado os valores do Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (POA-PCJ) no qual foi previsto 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) para a Proteção dos Mananciais, reforçando que foi importante trazer essa informação para tranquilizar o grupo com relação a essas mudanças do GT-Mananciais para a CT-PL. Para esclarecer, o Sr. Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ) explicou que a migração do GT-Mananciais para a CT-PL foi aprovada em 2020 no Regimento Geral das Câmaras Técnicas pelos coordenadores das 11 CTs e pelo Plenário dos Comitês PCJ. Ou seja, os GTs que tem participação com mais de uma CT ficariam vinculados à CT-PL, inclusive para facilitar o processo de organização, porém como esse processo não está finalizado com a regulamentação da CT-PL, ficou aprovado que o formato atual se mantém como de costume até a aprovação da migração para não atrapalhar seus trabalhos. Quanto

011.04.02.006

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 61ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
|                                  | <p>ao item 6, o Sr. Denis passou a palavra para o Sr. Miguel que questionou sobre a divulgação do edital não ter nenhuma inscrição, e que deveriam rever as exigências do documento e/ou analisar quais são as dificuldades dos municípios para se inscreverem. Outra questão, são as regularidades com a outorga, além da dificuldade de diálogo com os produtores rurais que atualmente reclamam da falta de segurança devido ao alto índice de assaltos. O Sr. Denis explicou que nas reuniões de análise documental um dos maiores problemas encontrados é falta de capacidade técnica dos municípios para elaborarem os projetos. O Sr. Demarchi concordou que se faz necessário analisar essas exigências documentais e identificar as dificuldades dos municípios, além disso mostrar a importância da preservação de mananciais, mas isso também envolve o interesse da municipalidade. Nesse sentido, ele entende que a atualização da Política de Mananciais precisa envolver maior integração com a educação ambiental através da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, com o produtor rural, criar instrumentos para essa finalidade e disponibilizar mais informações. Há também a necessidade de ajudar o município para que esses processos ocorram com maior tranquilidade. Concordando com a fala do Sr. Miguel, a Sra. Luiza Ishikawa Ferreira (ONG Jaguatibaia) disse que muitas pessoas passaram a se interessar com reservação de águas por conta desse período de seca, e começaram a buscar informações do motivo de pouca água e isso ocorreu por falta do interesse de alguns sítios, apesar dos trabalhos realizados anteriormente por alguns técnicos da CATI (Eng. Agrônomos). A Sra. Luiza e o Sr. Denis também encontram grandes dificuldades de diálogo com o produtor rural por falta de segurança. Para finalizar, o Sr. Demarchi reforçou que ao analisar a Política de Mananciais, ele tem se convencido de pensar na possibilidade da Unidade Gestora do Projeto (UGP) ter uma Secretaria Executiva para ter essa maior interação com o produtor rural, podendo ser financiada a contratação de equipe que ficaria responsável pela mobilização dos produtores e instituições locais para a importância dos Comitês PCJ e a criticidade das questões hídricas da região. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson da Silva (CATI/SAA) agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.</p> |
| <b>Próxima reunião:</b>          | 10/06/2022 às 14h.   |
| <b>Observações:</b>              | <p>Reportagem: Feena será reestruturada em parceria da prefeitura e governo estadual - <a href="#">link</a><br/>Reportagem: Apenas 24 municípios cobram pelo serviço de drenagem - <a href="#">link</a><br/>Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR-SP) – <a href="#">link</a><br/>Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE) - <a href="#">link</a><br/>Política de Mananciais PCJ - <a href="#">link</a><br/>Relatório de Gestão das Bacias PCJ 2021, ano 2020 - <a href="#">link</a><br/>Banco de Áreas PCJ - <a href="#">link</a><br/>Banco de Projetos PCJ - <a href="#">link</a></p>   |
| <b>Responsável pela redação:</b> | Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.   |

| Participantes – Nome completo (Entidade) |   |    |   |
|--|---|----|---|
| 1  | Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA)    | 14 | João José Assumpção de Abreu Demarchi (IZ/APTA)             |
| 2  | Claudia Grabher (INEVAT)                  | 15 | Luiza Ishikawa Ferreira (Jaguatibaia)                       |
| 3  | Cláudia Mira Attanasio (APTA Polo Sul)    | 16 | Marcos Fernandes Urbanjos Júnior (Sem registro de presença) |
| 4  | Denis Herisson da Silva (CATI / SAA)      | 17 | Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE Jundiá)           |
| 5  | Eduardo Paniguel Oliveira (Consórcio PCJ) | 18 | Miguel Madalena Milinski (AAMHOR)                           |
| 6  | Fábio Coca (Agência das Bacias PCJ)       | 19 | Paulo José Mancuso (P.M de Hortolândia)                     |

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## Memória Técnica da 61ª Reunião do GT-Mananciais (CT-RN e CT-Rural)

|    |  |    |   |
|----|--|----|---|
| 7  | Felipe Ferreira (Agência das Bacias PCJ)         | 20 | Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativas de Holambra) |
| 8  | Flaviana Maluf de Souza (Gaema Campinas)         | 21 | Roberto Mario Polga (Consórcio Piraí)               |
| 9  | Gabriela Alves Ribeiro (P.M. de Limeira)         | 22 | Simone Raymundo Oliveira (IZ/APTA)                  |
| 10 | Gustavo Brichi da Silva (IPÊ)                    | 23 | Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)                |
| 11 | Isabella Clerici de Maria (Instituto Agrônômico) | 24 | Tiago Georgette (Agência das Bacias PCJ)            |
| 12 | Ivan Gerdzijauskas (Agência das Bacias PCJ)      | 25 | Vitor Oliveira Bragotto (P.M. de Limeira)           |
| 13 | Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (SIMA/CFB)      | 26 |   |

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: [se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br).